

ASPECTOS DA RECONSTRUÇÃO LINGUISTICA DA REFERENCIA

por

MARIA VICTORIA REBORI

Dissertação de Mestrado apresentada
no Departamento de Linguística do
Instituto de Estudos da Linguagem
da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre
em Linguística.

CAMPINAS - JULHO DE 1988.

*Este exemplar é a redação final da tese
entregada por Maria Victória Rebori e
ida pela Comissão Julgadora em
88*

R242a

9851/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Linguística da UNICAMP pelo apoio e confiança no meu trabalho. A CAPES e ao CNPq pela bolsa para o cumprimento dos créditos do Mestrado, A FAPESP, que possibilitou o desenvolvimento do trabalho de pesquisa e posterior confecção da dissertação.

Em especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Rodolfo Ilari pela sua paciência e dedicação. Não esqueço também da atitude aberta e generosa do prof. Carlos Franchi.

Para Guillermo e Jaime.

Esta dissertação trata de alguns aspectos semânticos relacionados com o processo de referência. Especificamente trata do problema da construção linguística de referentes.

Partindo de alguns exemplos de língua portuguesa que chamaram nossa atenção quanto ao modo de apresentação dos seus referentes - caracterizados, do ponto de vista gramatical, pela construção: art. + nome próprio + oração relativa - abordamos algumas teorias composicionais e não composicionais do significado que apresentamos através de autores como Frege, Tarski, Davidson, Vendler, Dowty, Lewis e Lakoff.

Entretanto, o desenvolvimento da pesquisa nos levou a outros autores cujas visões não podem ser diretamente associadas a alguma destas duas correntes (composicional/não composicional), mas que nos orientaram para a conclusão do trabalho: J. Searle e, principalmente, W.V. Quine.

Assim, concluímos por algumas exigências que qualquer teoria deve satisfazer para explicar exemplos como os que deram origem a esta dissertação: uma visão dinâmica em que os referentes são o resultado de uma construção onde fatores linguísticos e experienciais são parte de um mesmo processo.

INDICE

INTRODUÇÃO.....	02
CAPITULO I.....	13
CAPITULO II.....	40
CAPITULO III.....	71
CONCLUSÕES.....	90
BIBLIOGRAFIA.....	95

INTRODUÇÃO

O passo inicial da pesquisa que deu origem a esta dissertação foi a colocação dos problemas mais evidentes que exemplos como os que seguem suscitam. Os exemplos que chamaram nossa atenção são como:

1. O diretor da nossa firma, o Sr. Silva, é o Silva que dá ordens, mas também é o Silva que joga futebol, o Silva que bebe cachaça, o Silva que bate palmas no teatro. Enfim, é o Silva que está chorando na porta.

2. O Sr. Silva é o Silva que grita com seus subalternos e não o Silva que brinca com as crianças da rua.

3. As Índias Ocidentais a que Colombo acreditou ter chegado não eram as Índias Ocidentais, mas o continente americano.

4. Os espanhóis, na época da conquista, não eram os deuses que os índios esperavam, mas simples espanhóis à procura de terras e ouro.

5. O professor Silva não é o Silva que recolhemos bêbado na sarjeta, mas o Silva que nos explicou o Teorema de Godel.

A peculiaridade que chamou nossa atenção nesses exemplos é o modo de apresentação dos objetos de referência. Para o falante comum estes exemplos não apresentam nenhuma particularidade, mas enquanto linguistas interessamo-nos em saber, entre outras coisas, a resposta a perguntas como: quantos referentes têm as expressões "o professor Silva"/"o Sr.Silva" nos exemplos 1, 2 e 5?

As frases acima desafiam as explicações sintáticas fornecidas pela gramática tradicional a respeito da distinção entre orações relativas restritivas e explicativas.

Do ponto de vista da gramática tradicional, as orações relativas são geralmente introduzidas pelo pronome relativo "que"¹ e fazem parte de sintagmas nominais nos quais desempenham um papel de adjetivo. As

orações relativas dividem-se em restritivas e explicativas segundo modificam o nome próprio que as antecede. Na visão tradicional, as relativas restritivas são aqueles predicados que efetuam uma partição no conjunto de referência. Por exemplo:

6. Os homens que são artistas entendem o verdadeiro sentido da obra de Shakespeare.

A oração relativa, neste caso, divide o conjunto "homens" em dois sub-conjuntos - os que são simultaneamente artistas e os que não são - e permite que a predicação expressa por "entendem... Shakespeare" se aplique ao primeiro.

Esta é a função característica das orações relativas restritivas. Já no caso das orações relativas explicativas não se efetua a partição do conjunto de referência. Do ponto de vista extensional, as explicativas são equivalentes ao conjunto determinado pelo nome ou mais abrangente do que este. Por exemplo,

7. Os árabes, que são de origem semítica, vivem principalmente nos países do Mediterrâneo Oriental.

7a. Darwin, que é nosso cachorro, roeu a pata da mesa.

as orações subordinadas relativas explicativas têm função semelhante à do aposto e, como ele, vêm geralmente expressas entre vírgulas.

A observação dos nossos exemplos à luz desta caracterização tradicional das orações relativas mostra que esta explicação é insuficiente para caracterizar a particularidade dos mesmos.

A expressão "o Sr. Silva" denota, obviamente, um único indivíduo, e corresponde por isso a um conjunto que não é passível de ser subdividido. As orações relativas que se lhe aplicam, deveriam, por isso, funcionar como explicativas ou apóstos. Entretanto, tomando-se a frase

2. O Sr. Silva é o Silva que grita com seus
subalternos e não o Silva que brinca com as
crianças da rua.

é claro que as orações relativas que modificam o nome próprio funcionam como "delimitadoras", por assim dizer, da referência. Ou seja, elas estão "recortando" a referência, num processo que lembra mais de perto o que se observa em 6. do que em 7. ou 7a. Portanto, contrariamente à gramática tradicional - que provavelmente as analisaria como explicativas - elas são intuitivamente restritivas.

Por outro lado, as frases-exemplo também desafiam as explicações extensionalistas do significado.

Há pouco nos perguntamos acerca da quantidade de referentes que possui a expressão "o sr. Silva" nos exemplos 1, 2 e 5. Na verdade, esta pergunta pode ser examinada de diversos ângulos e receber respostas diferentes segundo se orienta nosso interesse; se a questão for colocada numa perspectiva abrangente, chega-se naturalmente a questionar a forma pela qual a linguística, através da teoria semântica, trata a questão da identidade de extensões.

Assim, uma vez colocado o problema, mesmo que de forma elementar, o passo seguinte - contido no capítulo 1 desta dissertação - foi a abordagem do contexto teórico. A escolha deste contexto baseou-se no fato de que queríamos começar por uma parte da semântica recente que fosse o mais acurada possível, no sentido do desenvolvimento de técnicas específicas para a análise de dados empíricos. Por esta razão, uma semântica de base lógica pareceu-nos a mais indicada. Por outro lado, cabe também ressaltar o fato de que esta semântica ilustra muito bem a orientação e os resultados da pesquisa nesta área durante os últimos cinquenta anos.

Neste mesmo capítulo, procuramos dar uma visão ampla da vertente teórica na qual se aloja a semântica lógica através de autores pertinentes como Frege, Tarski, Davidson, etc. Assim, abordamos a divisão fundamental entre a semântica composicional - com suas linhas extensional e intensional - e a não composicional, divisão esta que permeia, em nossa opinião, todos os esforços teóricos no sentido de arrolar os fatos linguísticos de origem semântica.

A partir de todas as leituras dessa fase pudemos observar um panorama que nos resultou restrito, embora reconheçamos esforços louváveis da parte dos autores que seguem este paradigma, no sentido de alargar o campo de aplicação de suas técnicas e, consequentemente, estender seu raio de ação a uma maior quantidade de fenômenos da língua. Assim, compreendemos melhor a evolução que se deu da extensionalidade para a intensionalidade, dentro do próprio paradigma composicional.

Durante o período no qual nos dedicamos a estas leituras, tivemos a sensação constante de estarmos diante de uma disjuntiva: os autores visavam explicações que apresentavam o significado como algo sujeito a um cálculo, o que resultava de um lado uma afirmação forte contra qual, apesar de nossa desconfiança, não possuíamos argumentos convincentes e,

de outro lado, havia algo além de esforços pessoais nas teorias composicionais que fizeram delas paradigmas. O que devíamos procurar entender então era a concepção inicial que lhes deu origem, para desta forma voltar aos nossos exemplos com uma visão decididamente clara - dentro dos limites de nossa reflexão. Atingido este objetivo, uma vez que conseguimos formar um quadro geral - mesmo que incompleto - da composicionalidade, voltamos aos exemplos que deram origem à pesquisa. A estratégia agora consistia em tentar aplicar uma análise de tipo extensional aos exemplos, para observar o que ocorreria. É fácil perceber o que resultou desta experiência: obtivemos exatamente um residuo. Desta maneira, confirmavam-se nossas suspeitas em relação à extensionalidade, isto é, a aparição de um residuo não absorvido por uma teoria desta orientação indicava que devíamos continuar a pesquisa orientando-nos agora para a intensionalidade: poderia ela absorver este tipo de residuo decorrente da aplicação de uma teoria extensional?

De fato, esta pergunta era passível de desdobramentos: em primeiro lugar, podíamos continuar a testar teorias (agora de caráter intensional); mas o que se colocava como questão também fundamental era conhecer a natureza do residuo, só que, para tanto, o único caminho possível naquele momento passava pelo

teste de nossos exemplos à luz de teorias intensionais. Desta maneira, conseguiríamos construir um quadro mais ou menos preciso da relação que a composicionalidade mantém com nossos exemplos. A partir disso, então, poderíamos procurar averiguar a natureza do residuo - uma vez que nossas intuições indicavam que também a intensionalidade deixaria um residuo não absorvido. Estes desenvolvimentos constituem o capítulo II.

Confirmada a aparição de um novo residuo decorrente, desta vez, da aplicação aos exemplos iniciais de uma orientação de tipo intensional, procuramos prosseguir a pesquisa identificando o que entendemos serem as exigências que devíamos fazer a qualquer teoria que quisesse explicar os exemplos. Estas exigências foram o resultado do que tínhamos pesquisado até esse momento e, os fatores mais importantes que contribuíram para isso foram os residuos que, de forma indireta, indicavam o que não devíamos aceitar de uma teoria que explicasse fenômenos como os nossos.

Desta forma, apesar do elevado grau de formalização das teorias composicionais - ao menos das que conseguimos levar em conta em nossa reflexão - tivemos que pesquisar por caminhos menos precisos e, conseqüentemente, o campo de reflexão se ampliou novamente.

A necessidade era então observar, não mais as teorias -que abandonamos momentaneamente- mas os exemplos que nos preocupavam, com o intuito de encontrar outros semelhantes que pudessem responder à questão do resíduo negativamente. Ou seja, se os exemplos não estavam sozinhos não poderíamos aceitar tratá-los simplesmente como um fenômeno residual (como no caso da composicionalidade).

Uma vez atingido este objetivo, a própria dinâmica que nos levou a este resultado parcial também nos dirigiu novamente para o campo teórico. No entanto, dessa vez este campo era mais amplo e muito menos formalizado, sugerindo assim uma leitura diferente de nosso problema: não se tratava mais de tentar encaixar os exemplos dentro de teorias, mas de vê-los de um ponto de vista processual onde o que interessava era pesquisar a construção dos referentes sem compromissos prévios com os tratamentos tradicionalmente aceitos das operações de referência e predicação.

De novo, o impasse cobriu nossa pesquisa de incertezas. Tanto o processo de referência quanto o de predicação sempre foram definidos em termos composicionais, quando não, estáticos, negando qualquer componente dinâmica ao significado e à própria linguagem.

Não nos escapava o fato de existirem outras correntes de análise da significação que, como a pragmática, visam construir pontos de vista mais dinâmicos que consistem em dar um papel central à interação social, aos jogos e às transações linguísticas que se dão na conversação. Mas nosso problema não era determinar o tipo de transação ou os caminhos implícitos que os falantes empregam em qualquer conversação para colocar suas necessidades afim de conseguir seus objetivos. Isto não nos interessava. Interessava sim, chegar a esclarecer como se constroem referentes como "o Sr. Silva", numa espécie de micro-cirurgia linguística dos referentes.

Desta forma, chegamos ao final do trabalho de pesquisa procurando abordar visões amplas e construtivas da linguagem. O trabalho de Quine representa uma forma de se pensar a linguagem que pode nos ser útil para encontrar uma saída. Nele se vê claramente como se desloca a discussão para um terreno onde a linguagem, ao invés de ser mera representação do mundo, adquire uma dimensão construtiva. Entretanto, tudo indica que a saída, a explicação que procuramos para nossos exemplos, ficou simplesmente sugerida. Sua construção dependerá de futuras pesquisas, é o que se verá nas conclusões.

NOTAS:

(1) Também são introduzidas por outros pronomes como "cujo", "qual", "quem" e, por construções da forma: "prep.+ pron. relat." (a que, com o qual, em que, etc.).

CAPITULO I

1. Composicionalidade: Extensão Vs. Intensão.

Um dos pontos cruciais da discussão linguística nos últimos sessenta anos girou em torno da busca de uma unidade operacional para a semântica. Essa busca leva naturalmente a considerar como unidades preferenciais de tratamento semântico a palavra e a sentença, dualidade que representa um primeiro e importante ponto de contraste entre escolas.

Pode se dizer que o tratamento semântico de sentenças é, inicialmente, uma invenção da lógica: a lógica tratou semanticamente de sentenças desde sua origem, e estava elaborando nesse nível propostas avançadíssimas nas primeiras décadas deste século, enquanto a linguística, empenhada em definir seu campo de trabalho (Saussure - na Europa -, Bloomfield - na América-) se dava por satisfeita com o primado da palavra, herdado da gramática histórico-comparativa. A hipótese da composicionalidade inscreve-se dentro da tradição semântica que se ocupa com o

significado de sentenças. Esta hipótese de trabalho, segundo a qual a contribuição das "partes" esclarece cabalmente o significado do "todo" da frase é o que normalmente é chamado de "natureza composicional do significado".

Podemos dizer que existem hoje duas correntes do pensamento semântico que tomam este princípio como a pedra angular do desenvolvimento de suas teorias. Estas duas correntes são: a extensionalista e a intensionalista. Ambas têm sua origem em G. Frege e na tradição lógica que aplicava este princípio às linguagens formais.

Vamos colocar de maneira mais precisa o pensamento de Frege, começando por sua sistematização do cálculo de predicados e do cálculo proposicional - base dos tratamentos extensionais e intensionais da significação.

1.1. Tratamentos extensionais da significação

G. Frege (1848-1925) inscreve-se numa tradição iniciada por Leibniz no fim do século XVII e começo do século XVIII. O projeto de Leibniz incluía o desenvolvimento de uma linguagem formal apropriada para representar o raciocínio como um cálculo e, por isso,

isenta das ambiguidades características das línguas naturais.

Frege dedicou-se toda a sua vida à pesquisa matemática e lógica e, a partir delas, descobriu que a noção de função da matemática pode ser aplicada às línguas naturais. Desta maneira, ele descobre que muitas construções e relações gramaticais poderiam ser reconstituídas teoricamente e esclarecidas por meio do par função/argumento. Frege define 'função' como uma estrutura "não saturada", que se completa e assume valores diferentes pela incorporação de objetos diferentes. Exemplos extraídos da matemática como "o dobro de ...", ilustram esse jogo de preenchimentos e resultados: "o dobro de cinco" e "o dobro de sete" têm valores diferentes, mas têm em comum uma evidente construção a partir do mesmo esquema e um elemento de significação.

Uma função, segundo Frege, se caracteriza pelo tipo de argumentos que toma e os valores em que resulta. Assim, ele distingue três tipos de funções:

a. Funções Descritivas: tomam como argumentos objetos e o valor resultante é também um objeto - "o pai de...".

b. Funções Proposicionais: tomam como argumentos objetos e resultam num valor de verdade - "...é o pai de...".

c. Funções de Verdade: tomam como argumentos valores de verdade e resultam num valor de verdade - "... se e somente se...".

Frege entendeu que as expressões linguísticas de tipos diferentes correspondem denotações de tipos diferentes:

1. Para nomes, as denotações são objetos.
2. Para predicados de um lugar, as denotações são conjuntos de objetos.
3. Para as frases ou fórmulas, as denotações são valores de verdade, a saber, o verdadeiro e o falso - que Frege concebe como objetos de tipo particular.

É fácil observar a aplicação do princípio de composicionalidade para as funções de verdade: a tese da composicionalidade se aplica a expressões complexas constituídas mediante conjunções como: e, ou, se...então, etc. Estas conjunções são a base de uma interpretação que permite o cálculo da referência (valor de verdade) de proposições como: "A e B", "A ou B", etc. a partir da referência atribuída a A e a B.

Este cálculo básico, por sua vez, possibilita a análise de infinitas expressões de complexidade cada vez maior como, por exemplo, "Se A então (B ou (C e D))". O cálculo associa papéis semânticos definidos aos conectivos e, uma vez determinados os valores de verdade (referências) de A, B, C e D, o valor de verdade da proposição "Se A então (B ou (C e D))" poderá ser determinado de maneira unívoca, por procedimentos inteiramente formais.

Frege sustenta que é possível calcular o valor de verdade (a referência) de uma oração desde que seja descrita como a conexão de um nome e uma função proposicional; a oração é verdadeira quando o objeto denotado pelo nome pertence ao conjunto de objetos denotado pela função proposicional.

Esta concepção supõe que o significado se explica como um conjunto de relações estabelecidas entre objetos de um universo definido independentemente da linguagem. Este é o cerne da concepção extensional da significação. Entretanto, Frege não pretendeu que a linguagem humana como um todo funciona segundo o princípio de extensionalidade, mas conseguiu mostrar que este princípio funciona de maneira estrita e pode formular-se como um cálculo naquela parte da linguagem natural que se requer para construir fragmentos importantes da matemática. Esse resultado - tão

importante a ponto de determinar um novo tipo de lógica - criou a expectativa de que segmentos cada vez mais amplos da língua natural poderiam ser incorporados à linguagem desenvolvida por Frege, sem quebra dos princípios de calculabilidade, composicionalidade e extensionalidade.

1.1.1. Dentro desta primeira linha composicional - a extensionalista - o principal continuador de Frege foi Tarski. Na década de '30 ele postulou um critério mínimo (e aparentemente trivial) que deveria ser satisfeito por qualquer teoria da verdade: engendrar enunciados empiricamente corretos segundo o esquema (T):

(T) A frase *s* de *L* é verdadeira se e somente se *P*

onde *s* corresponde ao nome de uma frase da língua *L* e, *p* descreve o estado de coisas a que *s* faz referência. Empregando o exemplo do próprio Tarski:

"A neve é branca" é verdadeira em Português se e somente se a neve é branca.

podemos observar com clareza a aplicação do critério. Trata-se de retomar a oração citada da que se predica a

verdade ("A neve é branca") e dizer numa metalinguagem conhecida suas condições de verdade. Esse processo pode ser feito por etapas, atingindo sucessivamente vários segmentos da oração.

Tarski exigiu um sistema de regras para derivar enunciados do tipo T a serem aplicados a frases complexas da forma " $s \wedge q \wedge r \wedge z$ ". O objetivo era atingir uma base finita de regras e axiomas para um número infinito de frases da língua.

Tarski é considerado o continuador de Frege também pelo fato de ter mostrado como calcular o valor de verdade de orações quantificadas; a noção que lhe permitiu alcançar este resultado é a de satisfação de um predicado por uma sequência de objetos; Frege havia intuído o papel dos quantificadores mas não havia explicitado a forma do cálculo que precisa ser aplicada às orações que os contêm.

1.1.2. Outro momento importante da semântica composicional e extensional das línguas naturais foi o tratamento de D. Davidson, contemporâneo a nós, das chamadas "sentenças de eventos". Vejamos de maneira breve o problema colocado pelas sentenças de ação, e a solução "técnica" por meio da qual Davidson incorpora

este tipo de sentenças numa teoria semântica extensional:

à frase,

1. José matou Pedro.

vão se somando modificadores adverbiais:

1a. José matou Pedro à meia noite.

1b. José matou Pedro à meia noite no parque...

etc.

como as expressões 'Pedro', 'José', 'meia-noite', 'no parque', são todas "termos singulares", a tendência seria representar seus referentes indistintamente, como argumentos do predicado "matar":

$m(J, P_1)$

$m(J, P_1, M)$

$m(J, P_1, M, P_2)$

O problema que esta representação coloca é o de incorporar os modificadores adverbiais sem que a frase de ação se torne outra diferente ou que envolva um gênero de ação distinto. Em outras palavras, naquelas representações não se sabe onde está o limite entre uma mesma ação (com seus respectivos modificadores adverbiais) e ações de diferente natureza. Isto implica não só uma definição de gêneros

ou tipos de ação, mas também um limite na quantidade e qualidade dos modificadores. Na sequência dos exemplos 1, 1a e 1b acima não se pode negar que ação é a mesma ou que, no mínimo, existe um elemento comum às três frases.

Davidson consegue resolver o problema do elemento comum às três frases junto com o requisito da potencial infinitude no número de modificadores adverbiais: sua idéia é, brevemente, tratar as frases acima como existencialmente quantificadas. Esta quantificação se efetua, como todas as outras, sobre conjuntos de objetos mas, neste caso, tal conjunto é mais amplo pelo fato de incluir os eventos como objetos. Desta forma, o exemplo 1. fica:

$$1'. (\exists e) \langle R(e J P) \rangle$$

sendo, e : "evento"; R : "matar"; J : "José"; P : "Pedro". Traduzido para a língua natural teríamos: "ocorreu um evento que foi a morte de Pedro por José". Por outro lado, o exemplo 1a. se transforma em:

$$1a'. (\exists e) \langle R(e J P) \text{ e } M(e) \rangle$$

"ocorreu um evento que foi a morte de Pedro por José, e este evento aconteceu à meia noite". Assim, as três frases têm em comum a relação de três lugares R .

Em seu texto "Truth and Meaning"¹, Davidson deu uma versão radical da semântica extensionalista, afirmando que nada mais compete a uma teoria semântica do que ser uma teoria das condições de verdade segundo o esquema T de Tarski.

1.2. Os tratamentos intensionais.

De Frege também nasce a segunda linha composicional mencionada - a intensionalista.

1.2.1. Fenômenos como os que se incluem sob o rótulo de "opacidade referencial"² (entre outros), têm sido constantemente invocados através dos séculos para mostrar a insuficiência dos tratamentos semânticos em que a única dimensão significativa considerada é a referência.

No caso de Frege, a solução do problema dos "contextos opacos" dá-se através da distinção entre "sentido" e "referência". De fato, Frege aponta que neste tipo de contextos as expressões linguísticas não comportam sua denotação habitual, o que traz à tona um tipo importante de ambiguidade em relação àquilo que as expressões linguísticas significam: algumas vezes as expressões linguísticas têm sua denotação habitual,

isto é, um referente; outras vezes elas têm como denotação seu sentido.

"Intensão" é o nome moderno para a dimensão semântica que Frege chamou de "sentido": para os intensionalistas, a explicação semântica de uma expressão linguística deve relacionar-se não somente com um objeto do mundo ou conjunto de objetos, mas também com seu sentido ou intensão.

Um problema que os sucessores de Frege tiveram de enfrentar foi a formalização da noção de sentido, dentro de um quadro sistemático que permitisse calcular intensões de expressões complexas a partir das intensões de expressões constituintes.

1.2.2. Rudolf Carnap, na década de '50, deu um passo decisivo nessa direção. Ele descreve o sentido de uma expressão (a sua "intensão") como uma função que toma por argumentos possíveis estados de coisas e proporciona como valor, para cada estado de coisas particular, a extensão da expressão naquele estado. No tratamento de Carnap, a intensão de uma expressão linguística é o conjunto de todas as extensões que tal expressão pode ter, organizadas como uma função cujos argumentos são todos os estados de coisas possíveis e seus valores são as extensões correspondentes.

A intuição que está por trás desse tratamento matemático é a seguinte: quem sabe o que significa um termo qualquer, por exemplo, "presidente do senado", sabe que objetos fazem parte da extensão dessa palavra tanto em circunstâncias reais como nas hipotéticas. Dado o exemplo:

B- O litoral de Minas Gerais.

a intensão desta frase é o conjunto das suas extensões em mundos hipotéticos. Um desses mundos é o mundo real, onde a extensão de "O litoral de Minas Gerais" resulta num conjunto vazio. Outro mundo hipotético é aquele com que sonham talvez os mineiros, em que Minas é banhada pelo mar.

Em outras palavras, a intensão de uma expressão linguística é a entidade que relaciona tal expressão com sua extensão; a intensão determina a extensão de uma expressão num dado mundo, mas não vice-versa.

A semântica desenvolvida por S. Kripke na década de '70 para a lógica modal, aperfeiçoa a definição formal de intensão. Segundo este autor, uma intensão é uma função de "índices" para extensões - entendendo por "índices" os pares ordenados formados por um mundo possível (w) e um tempo (t): (W_n, T_n) .

Desta forma, para as diferentes categorias de expressões linguísticas teríamos diferentes intensões:

1. Para nomes (variáveis ou constantes) as intensões são conceitos individuais, funções de índices para indivíduos dentro de um conjunto X , extensionalmente definido.

2. Para predicados de um lugar, as intensões são propriedades, funções dos índices para conjuntos de indivíduos em X .

3. Para fórmulas (frases) as intensões são uma função dos índices para valores de verdade.

1.2.3. Bem sucedida do ponto de vista semântico, a formalização efetuada por S. Kripke foi incorporada a um modelo de análise semântica construído para as línguas naturais, o de R. Montague, que chamou a atenção dos linguistas nos últimos vinte anos e que constituiu uma das alternativas mais sérias à gramática gerativa e aos tratamentos semânticos por ela inspirados.

A gramática de Montague possui três características fundamentais:

a. A correspondência (homomorfismo) entre a sintaxe e a semântica - o que resulta contrário à gramática gerativa que parte do princípio de que a sintaxe é central.

b. O mapeamento sintático em Montague serve para mostrar como o significado das partes se combina resultando no significado do todo. E isto nada mais é do que o princípio de composicionalidade do significado.

c. A análise das intensões.

O desenvolvimento destes três pontos básicos da gramática de Montague, mesmo que de forma resumida, resultaria muito extenso dados os limites deste trabalho. Sendo assim, optaremos pelo caminho da exemplificação. Com o intuito de ilustrar uma aplicação das idéias de Montague, exporemos a seguir as hipóteses de D. Dowty (1977) sobre a significação das formas progressivas, recorrendo - além do texto original - ao artigo de Ilari e Mantoanelli (1983) onde se faz uma síntese do original de Dowty e se mostra uma aplicação às formas progressivas do português.

Trata-se, nesses artigos, de procurar uma explicação semântica de caráter geral sobre o comportamento das formas progressivas, entendendo por

formas progressivas aquelas construções caracterizadas pela estrutura: estar + Gerúndio. Por exemplo: "Você está bebendo muito", "Ele está acenando para nós".

Adotando um ponto de vista composicional e empregando a técnica de Montague, Dowty propõe-se descrever e formalizar a contribuição semântica das construções progressivas para com as orações que as contém. Para tanto, ele toma como ponto de partida uma classificação dos verbos ingleses, devida a Z. Vendler (1967), em que se separam verbos de "achievement"/"accomplishment" e verbos de "state"/"activity".

A classificação de Vendler fundamenta-se nas construções gramaticais em que os verbos podem ocorrer e nas inferências que eles autorizam. Assim, verbos de "accomplishment" e "achievement" na sua forma progressiva ("Ele está escrevendo uma carta") não permitem uma conclusão na forma perfectiva ("Ele escreveu uma carta"); ao passo que os verbos de "state" e "activity" na sua forma progressiva ("Ele está correndo no estádio") permitem uma conclusão perfectiva como "Ele correu no estádio". De fato o que estes exemplos mostram é a diferença dos esquemas temporais associados aos processos que os próprios verbos exprimem: uma dessas diferenças reside em que alguns desses verbos expressam uma mudança de estado através

da qual o próprio processo se esgota, ao passo que outros exprimem um processo homogêneo, em que os vários segmentos temporais têm a mesma natureza do processo como um todo.

Para a análise da construção progressiva, a classe dos verbos mais interessantes e desafiadora é a dos "accomplishment"/"achievement": a seu respeito pode-se falar de um "paradoxo do progressivo" que se traduz na validade simultânea destas duas afirmações aparentemente contraditórias:

(a) Por mais verdadeiro que seja hoje "Pedro está escrevendo uma carta" não se poderá concluir amanhã que "ele escreveu uma carta" - na inferência a ação não aparece completa:

(b) entretanto, a idéia da ação completa deve estar de algum modo representada na interpretação, porque "escrever uma carta" é diferente de "escrever um soneto" e esses dois predicados se distinguem em grande parte pelos resultados.

A estrutura semântica que Dowty pretende formular para as construções progressivas deve autorizar as inferências corretas, no caso dos verbos de "state"/"activity", e evitar as inferências incorretas no caso dos verbos de "accomplishment"/"achievement" e deve dar conta do

paradoxo do progressivo mostrando de que modo a idéia de ação acabada está simultaneamente representada e ausente; Dowty consegue esse resultado caracterizando o progressivo como uma construção modal e temporal ao mesmo tempo.

A "modalidade" de que se fala aqui, não é o modo verbal no sentido da gramática (indicativo, subjuntivo, etc.); o termo é empregado neste caso com o sentido que lhe dá Carnap quando o relaciona com "estados de coisas". Alguns advérbios ou formas unipessoais exprimem modalidade no sentido que interessa aqui: "necessariamente", "possivelmente", "é preciso que", etc. Estes "operadores" afetam as frases em que se encontram de forma tal que seus valores de verdade não podem ser determinados levando-se em consideração tão somente o mundo real. Para determinar o valor de verdade de frases que comportam estes operadores devem ser considerados todos os mundos possíveis previstos pela interpretação. Por exemplo, a afirmação

9 - Necessariamente, o número de planetas de nosso sistema solar é maior que oito.

é falsa, embora a frase sem o operador modal necessariamente seja verdadeira. O que torna falso o

exemplo é o fato de existirem mundos possíveis em que a frase sem o operador modal é falsa (o mundo da astronomia seiscentista, por exemplo).

De maneira análoga, Dowty estabelece que os progressivos se referem não apenas ao mundo real mas também a um conjunto de mundos possíveis. A fórmula construída por Dowty para as condições de verdade das frases progressivas é:

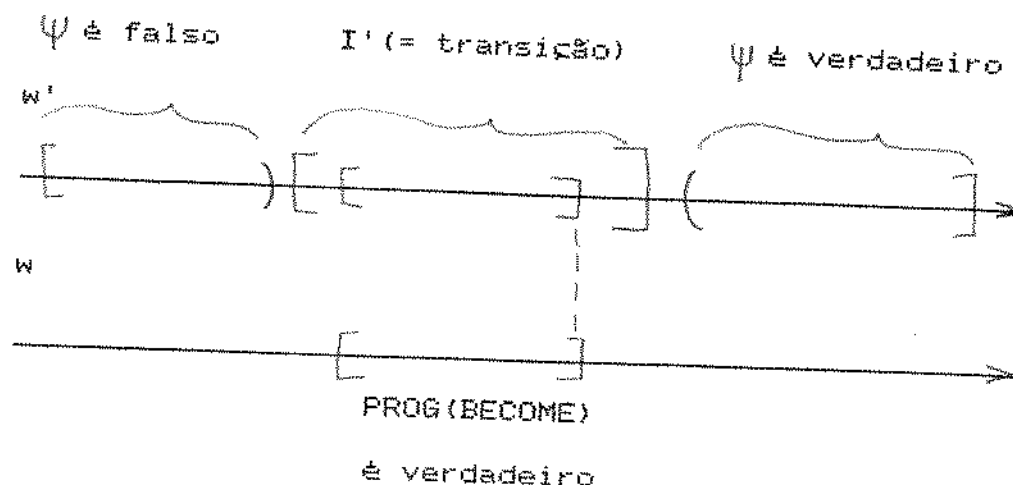
A. (PROG 0) é verdadeiro no intervalo I no mundo w, se e somente se existirem um intervalo I' e um mundo w' tais que 0 é verdadeiro em w' durante I' e, w e w' são exatamente idênticos em todos os tempos antes e durante I.

De fato, esta fórmula representa somente uma parte da interpretação semântica da frase no progressivo, a outra parte é a própria estrutura semântica do predicado. A mudança de estado que é constitutiva dos predicados de tipo "accomplishment"/"achievement" é representada por Dowty, do ponto de vista temporal, como duas fases nas quais um mesmo predicado é falso e depois verdadeiro, separadas por uma transição.

Assim, de acordo com a fórmula acima "...um verbo de accomplishment/achievement no progressivo

remete a um mundo possível w' em que uma estrutura como a anterior é verdadeira, e coloca em correspondência com esse mundo possível o mundo real w , declarando que durante um período I , que é um sub-intervalo de I' (no gráfico corresponde a BECOME), w e w' se confundem..."(op.cit.pp.50)².

Num gráfico:



Voltando agora aos exemplos do início, a explicação para as inferências que se processam a partir das formas progressivas se efetua a partir da fórmula A de Dowty.

Fica claro que o processo expresso pelo predicado, nas suas três fases (1. em que ψ é falso; 2. transição; 3. fase em que ψ é verdadeiro - o estado resultante -) se dá, completo, num mundo virtual, e por referência a ele entendemos a diferença que há entre

"estou escrevendo uma carta" e "estou escrevendo um soneto". Mas no mundo real a forma progressiva não nos informa nada além da fase de transição: eis porque nenhuma inferência do tipo perfectivo fica autorizada.

O tratamento dos progressivos em Dowty dá uma idéia do maior poder de análise que os modelos intensionais apresentam em comparação com os extensionais; num ponto contudo eles se assemelham: o caráter matemático que assume a interpretação, através da noção de função; de fato, o valor semântico de uma forma progressiva é apresentado em Dowty como algo que não apenas se intui, mas se calcula a partir do valor semântico da forma correspondente não progressiva.

O sucesso com que se podem analisar num contexto intensional, e sem abdicar da composicionalidade, questões que um tratamento extensional deixaria sem resposta, estimula a busca de soluções técnicas cada vez mais sofisticadas, preserva uma concepção fundamentalmente representativa da linguagem. Interessa, em face do problema que expusemos no início sobre os exemplos que nos preocupam, ter em mente essa possível orientação e opô-la a outra diametralmente oposta: a que se baseia numa concepção não representativa da linguagem, ao mesmo tempo que abdica do princípio de composicionalidade e das exigências de calculabilidade e explicitação.

2. Não Composicionalidade

O ponto fundamental que diferencia o caráter composicional ou não composicional de uma teoria semântica é o tipo de categorização que esta assume. A definição de categorias objetivas de acordo com um tipo de categorização clássica é o que define o paradigma composicional. Nesta categorização a situação básica é: um objeto pertence ou não pertence a um conjunto. A adoção de uma categorização distinta, não clássica, que refuta este princípio conjuntista de pertinência e introduz novos elementos para o estudo do significado, é a característica que define a não composicionalidade.

Os partidários desta última sustentam a impossibilidade de efetuar o cálculo do significado para as línguas naturais. Para eles, o sentido das partes não determina o sentido da expressão complexa: ele simplesmente o motiva.

Um dos representantes desta corrente é G. Lakoff que propõe um modelo de categorização incluindo categorias graduais, membros mais representativos de uma classe, etc. O modelo de Lakoff se fundamenta numa tradição recente da psicologia americana: a psicologia cognitivista. Lakoff desenvolve seu trabalho especificamente a partir das hipóteses de P. Kay e B. Berlin, e de E. Rosch.

De fato, Lakoff propõe o que ele chama de "teoria da categorização natural", baseada em dados "reais"- da experiência - e oposta à chamada "teoria clássica da categorização", de cunho objetivista. Nesta última, as categorias são entendidas objetivamente e, são portanto, claramente delimitadas, não cabendo alusão a alguma possível indeterminação dos limites entre as categorias. As hipóteses desenvolvidas tanto no campo da antropologia por B. Berlin e P. Kay, como no campo da psicologia por E. Rosch, vêm sustentar as hipóteses da "categorização gradual" em detrimento de uma categorização absoluta e objetivamente fundamentada.

O trabalho de Berlin e seus colaboradores foi desenvolvido a partir de um estudo etnobiológico realizado junto a uma comunidade de língua TZELTAL do México. Berlin comparou a categorização popular de plantas e animais desta comunidade com a classificação científica dos mesmos. Seus resultados mostraram uma perspectiva contrária à da psicologia objetivista. Berlin descobriu que um único nível de classificação - o de gênero - que se encontra "no meio" da hierarquia classificatória popular, tem uma importância cognitiva maior. No mesmo campo antropológico destaca-se também o trabalho realizado por P. Kay, que contribuiu significativamente para as hipóteses sobre a

categorização natural. Kay realizou uma pesquisa sobre a percepção das cores, descobrindo que entre elas há cores "focais" que funcionam como membros mais representativos da categoria, enquanto as cores "não focais" são membros menos representativos desta. As fronteiras entre as categorias deste tipo não são claramente limitadas e dependem de convenções culturais.

O terceiro trabalho em que se apóia a categorização natural de Lakoff é o de E. Rosch, que testou empiricamente a teoria clássica da categorização chegando à conclusão de que qualquer categorização não poderia deixar de trabalhar com as noções de: 1) protótipo e, 2) nível básico.

Os resultados de Rosch contradizem a categorização clássica em seu princípio mais fundamental, a saber que, em matéria de categorização somente são possíveis duas situações: "a b" e "a b".

Quanto aos resultados que Rosch chama de "prototípicos" contradizem a categorização clássica ao indicar que alguns membros de uma categoria se comportam como os mais representativos da mesma (por exemplo, no Brasil "curió" é mais representativo da categoria dos pássaros do que "pinguim"). Segundo Rosch, os membros mais representativos de uma categoria

servem como pontos de referência cognitiva, dado que os limites entre as categorias são indeterminados e, portanto, dependem de convenções culturais arbitrárias. Quanto aos chamados resultados de "nível básico", Rosch aponta que, do ponto de vista psicológico, certas categorias são "mais básicas" do que outras. Segundo a autora haveria três níveis de categorização:

1. Nível Superior - por exemplo, "móvel"
2. Nível Básico - por exemplo, "cadeira"
3. Nível Subordinado - por exemplo, "cadeira de balanço".

O nível básico é o nível mais empregado pelos falantes.

Lakoff se apóia nestes trabalhos, sustentando que a categorização (ou as categorias do pensamento) se baseiam na experiência da realidade, na interação humana e na compreensão do mundo, e não numa realidade objetivamente dada e apreendida como uma coleção de objetos que partilham ou não propriedades, segundo uma álgebra conjuntista. Desta forma, fica excluída a possibilidade do cálculo.

Lakoff propõe uma série de propriedades para as categorias naturais:

"Background Framing": as categorias não são entidades isoladas, elas formam sistemas que incluem os níveis básico, subordinado e superior. Os níveis não são fixos mas variam de cultura para cultura, contexto para contexto, e de pessoa a pessoa. O "background framing" fornece as convenções culturais que especificam os limites.

Gradiência: um conceito gradual é um conceito baseado numa escala - por exemplo: "riqueza", "comprimento", etc.

"Fuzziness": um conceito é "difuso" (fuzzy) quando seus limites são inexatos - os conceitos graduais são sempre difusos; os conceitos não graduais também podem ter limites imprecisos - por exemplo, macho/fêmea X hermafrodita.

Representatividade: Lakoff define esta propriedade das categorização natural da seguinte forma: "A category with representative members may correspond to a concept that is neither graded nor fuzzy. Penguins and pelicans are not representative birds, but they are still birds nonetheless. "Bird" is a category that is neither graded nor fuzzy, but wich has representative and unrepresentative members" (op.cit.pp.26).

Gradiência Secundária: a existência de membros mais representativos impõe uma gradiência secundária ou grau de representatividade. Por exemplo: "tucano"X "pardal", onde o pardal é mais representativo da classe dos pássaros do que o tucano, tomando-se como referência nosso marco cultural.

Estas são apenas algumas das propriedades mais importantes que servem para ilustrar a proposta de Lakoff, existem outras que podem ser observadas com a leitura do seu texto (Lakoff, 1982).

Do ponto de vista do significado podemos dizer que a categorização clássica, que torna a significação passível de cálculo, foi substituída na teoria de Lakoff por um princípio de gradiência do significado e de arbitrariedade cultural.

NOTAS:

- (1) Davidson, D. (1967a) "Truth and Meaning", in Synthese 17 -pp. 304-323.
- (2) "Opacidade referencial": refere-se aos casos nos quais a denotação da frase inteira não pode ser explicada em termos da denotação de suas "partes". É o caso das frases construídas com verbos de crença - como acreditar, imaginar, pensar, etc. - e com operadores modais como "necessariamente". Outro contexto considerado opaco é a posição de objeto em frases formadas com verbos como necessitar, querer, buscar, procurar, etc.
- (3) a tradução é nossa.

CAPITULO II

No capítulo anterior esboçamos a grandes traços o contexto teórico geral onde se insere nossa discussão. Nesta parte, examinaremos primeiramente a aplicação de uma análise extensional aos exemplos iniciais. A intenção é ilustrar os limites que um tratamento desta natureza encontra ao tentar reconstruir teoricamente a significação final dos exemplos. Para tanto, o trabalho de Z. Vendler (1971), que trata das orações relativas, servirá de base. Num segundo momento, tentaremos observar a aplicação, mesmo que sem seguir nenhum autor em particular, dos princípios básicos de uma proposta intensional a estes mesmos exemplos.

Desta maneira, teremos atingido embora de forma breve a relação que a composicionalidade mantém com nossos exemplos de partida.

Na introdução a esta dissertação caracterizamos as orações relativas que fazem parte dos exemplos iniciais como restritivas - contrariamente à gramática tradicional que não admitiria uma oração relativa restritiva modificando um nome próprio. Entretanto, é necessário aprofundar esta discussão para

ratificar o fato de que tal contradição entre nossa visão e a da gramática tradicional não se restringe apenas ao universo desta última. Em outras palavras, analisaremos o alcance desta contradição empregando como exemplo privilegiado de análise semântica extensionalista, o trabalho de Vendler (1971). Veremos ao longo da exposição por que tomamos o trabalho deste autor como exemplo privilegiado de tratamento extensional.

Dedicado ao estudo dos termos singulares, Z. Vendler (1971) toma como exemplos paradigmáticos destes últimos, os nomes próprios. Segundo ele, os nomes próprios não ocorrem com modificadores restritivos no mesmo sintagma nominal, pelo fato de fazerem referência a um único indivíduo - o que seria incompatível com a própria idéia de restritividade. Ou seja, a imposição de um limite na extensão de um nome próprio é um contra-senso. Os nomes próprios recusam o artigo definido e o indefinido no mesmo sintagma, assim como também os adjuntos restritivos.

É fácil constatar que uma teoria dos nomes próprios como esta dificilmente poderia arrolar exemplos como os nossos. O próprio Vendler toma como exemplos de termos singulares frases como as nossas e as qualifica de especiais e periféricas, já que se caracterizam pela ocorrência no mesmo sintagma nominal

do artigo definido e de uma oração relativa restritiva junto com o nome próprio - o que, na concepção do autor, destruiria a verdadeira natureza deste último.

Por outro lado, Vendler desenvolve sua teoria do papel da oração relativa relacionando o artigo definido com os adjuntos restritivos que participam na construção dos termos singulares. Ela sustenta que o artigo definido aparece no sintagma nominal antes de um nome comum, em decorrência de ter o nome aparecido em oração anterior. O artigo definido corresponde assim à presença de uma oração restritiva, que pode ser explícita ou implícita (neste último caso, corresponde à última oração anterior em que se dava a ocorrência do mesmo nome). O fato de a oração relativa vir expressa ou não depende exclusivamente do fator redundância. Por exemplo,

10- Eu vejo uma criança. A criança tem uma bola.

o artigo definido indica uma oração relativa restritiva que foi eliminada para evitar redundância:

11- (Eu vejo uma criança). A criança (que eu vejo)...

O fato de que o artigo definido funciona como marca formal da eliminação da oração para evitar

redundância ajuda, segundo o autor, a explicar o uso do artigo definido junto com alguns nomes próprios como em "O Hudson", "O primeiro Mozart", "A Providence que você conhece...", etc.:

- "O Hudson = O (rio chamado) Hudson"
- "O primeiro Mozart = O primeiro (período de) Mozart"
- "A Providence que você conhece não existe mais = A (característica/aspecto/ de) Providence que você conhece não existe mais" (op.cit.pp.129)

Dada a explicação de Vendler, cabe se perguntar que gênero deveria adotar o artigo - embora para o Inglês não se coloque este problema.

O autor reconhece que não tem como justificar a presença do artigo definido na terceira frase, nem o fato de que ela não decorre da analogia:

- "Você tinha uma casa. A casa não existe mais"
- "Você conhece Providence. *A Providence não existe mais" (op.cit.pp.130)

pois esta última frase é inaceitável.

Os exemplos que mencionamos na introdução podem ser entendidos como análogos a esta última frase. Em todos eles o artigo definido co-ocorre com uma oração relativa no mesmo sintagma nominal; ainda assim, pensar que a oração relativa que acompanha "o senhor Silva" recapitula uma oração anterior não faz sentido, pois isto nos levaria a textos certamente diferentes dos de Vendler e talvez anômalos como,

- 42- O Sr. Silva grita com seus subalternos.
 O Sr. Silva que grita com seus
 subalternos...(restritiva)

Aparentemente, Vendler comete o erro de generalizar para nomes próprios uma teoria que era inteiramente plausível para nomes comuns.

Assim, Vendler (1971) constitui uma boa amostra de teoria em que nossos exemplos aparecem como resíduo não absorvido. Essa teoria de Vendler resulta da conjunção de duas teses:

a. O nome próprio é um termo singular e sua extensão não é passível de ser restringida.

b. Toda oração relativa usada concomitantemente com o artigo definido tem papel restritivo.

Evidentemente, essas duas teses não podem ser aceitas simultaneamente por quem queira tratar nossos exemplos.

Assim, a análise de Vendler resulta um exemplo privilegiado dos efeitos de uma análise semântica extensionalista. Isto pode ser apreciado com clareza observando a proposta de Vendler através da Teoria dos Conjuntos - base de qualquer teoria extensional. Por exemplo, no caso dos nomes próprios, o autor sustenta que estes não podem ocorrer com modificadores restritivos dentro do mesmo sintagma nominal. Isto pode ser interpretado em termos conjuntistas da seguinte maneira: sendo o nome próprio um conjunto unitário (de um só elemento) na concepção do autor, ele não poderia aceitar modificadores restritivos como artigos ou adjuntos pelo fato de que deixaria de ser um conjunto unitário.

De fato, isto é muito discutível porque a peculiaridade que chamou nossa atenção nos exemplos 1 a 5, foi precisamente o fato de que "o Sr. Silva" era apresentado como uma entidade "plural". Em vista disso, o conjunto "Silva" nunca poderia conter somente um elemento, mas isso levaria a abrir mão da outra intuição também presente nos exemplos: a de que se trata de uma mesma pessoa. Resta, evidentemente, uma terceira possibilidade: representar a referência de

"Sr.Silva" como o conjunto de todos os pontos de vista que definem o individuo chamado Silva e, por sua vez, entender cada ponto de vista como um sub-conjunto de "Silva". Não fica claro em que consistiria esse tratamento, nem o que teria de extensional.

Desta maneira, vê-se claramente que a análise de Vendler é extremamente limitada. Entretanto, este parece ser o destino de todo tratamento rigorosamente extensional; isto é, o verdadeiro dilema de um tratamento desta natureza de nossos exemplos parece ser ou o reconhecimento de dois referentes distintos - o que resulta falso - ou de um só referente no qual não se pode distinguir aspectos - o que é obviamente contra-intuitivo para nossos exemplos. Pode-se assim prever que num tratamento extensional rigoroso eles serão tratados (a exemplo do que aconteceu com Vendler) como um residuo não absorvido. Convém assim que nos voltemos para um quadro teórico mais rico e articulado, examinando as possibilidades de um tratamento intensional.

2.2. A intensionalidade deu passos decisivos no alargamento do escopo da semântica. Nossos exemplos poderiam ser facilmente adaptados a concepções desta

natureza. Entretanto, também há algumas perdas importantes que convém analisar.

Há nos exemplos que nos preocupam elementos que costumam estar presentes em qualquer explicação intensional como, por exemplo, a presença de descrições distintas de um mesmo indivíduo e a impossibilidade de preservação do mesmo valor de verdade substituindo-se umas descrições às outras. No entanto, não há nos exemplos - exceto na frase 3, onde temos um verbo tipicamente intensional (de crença) - uma construção que possa ser identificada claramente como responsável pelo aparecimento de um contexto intensional. Vejamos isto através dos exemplos.

3. As Índias Ocidentais a que Colombo acreditou ter chegado não eram as Índias Ocidentais mas o continente americano.

Existem três pontos relevantes para a análise intensional deste exemplo:

a. Tanto "Índias Ocidentais" quanto "continente americano" são descrições diferentes do mesmo objeto, a saber: 'massa de terra situada entre o Oceano Pacífico ao oeste e o Oceano Atlântico ao leste, e estendendo-se entre as duas regiões polares'.

b. A substituição de "Índias Ocidentais" por "continente americano" no contexto da frase 3., acarreta a não preservação do valor de verdade.

c. Esta aparente contradição se resolve e ganha sentido no mundo possível (diferente do real) das crenças de Colombo. No exemplo está em jogo um confronto entre o mundo das crenças de Colombo e o das crenças do falante. Resulta fácil identificar a parte da frase que desencadeia a interpretação intensional neste caso: o verbo "acreditar".

Para os casos restantes - os exemplos 1, 2, 4 e 5 - a análise intensional não é tão evidente nem direta. Tomemos o exemplo 2:

2. O Sr. Silva é o Silva que grita com seus subalternos e não o Silva que brinca com as crianças da rua.

guiando-nos pelos três pontos relevantes do caso anterior teríamos o seguinte:

a'. "...que grita com seus subalternos" e "...que brinca com as crianças da rua", são descrições diferentes do mesmo indivíduo - o Sr. Silva.

b'. A substituição destas descrições entre si acarreta a não preservação do valor de verdade.

c'. Qual o mundo possível em que se resolveria a contradição?

Resulta claro que há várias questões sem resposta a partir das considerações acima. Em primeiro lugar, do ponto de vista de uma análise intensional acurada não saberíamos precisar se a unidade - a descrição - se limita à construção "artigo + nome próprio + oração relativa restritiva" ou à "oração relativa restritiva" somente - isto não seria tão grave dada a simplicidade desta reflexão. Mas em segundo lugar - e o que parece ser mais importante - como uma explicação intensional envolve a referência a mundos possíveis diferentes do real é condição necessária a presença de uma construção ou palavra que propicie tal referência. No caso do exemplo acima, não é possível identificar o verbo 'ser' como responsável pela aparição de um contexto intensional. A primeira vista, as orações relativas seriam as verdadeiras candidatas ao papel de construções que propiciam uma interpretação intensional neste caso. Contudo, resultaria difícil responder à questão de como decidir - com base em quais argumentos - qual o mundo real e o mundo possível que

elas estariam representando respectivamente? Em outras palavras, como dizer que a oração relativa "X" do exemplo 2, representa um mundo real ou possível se não há, em princípio, nenhum indicio gramatical ou contextual que nos permita decidi-lo?

Desta forma, parece ocorrer que a própria noção de verdade resulta uma verdadeira "contingência" em exemplos desta natureza.

Esta situação lembra o argumento esgrimido pelos pragmático-contextualistas contra a noção de verdade lógica. Segundo eles, nada se poderia afirmar sobre qualquer fenómeno linguístico sem se levar em consideração as condições do contexto em primeiro lugar. Entretanto, argumentos desta natureza tornariam nosso problema impossível de resolução, dada a maneira em que foi colocado desde o início - ou seja, o contexto não possui um papel fundamental para a interpretação dos exemplos, pois conseguimos entendê-los fora de qualquer situação. O contexto ou situação ser-nos-ia útil se nossa pergunta inicial tivesse sido outra.

Mas abandonando esta breve digressão, o que prejudica a argumentação intensionalista é que do ponto de vista gramatical não há um indicio claro (de natureza gramatical), que corresponda regularmente a uma "excursão" por mundos diferentes do real, e que

indique como nos orientarmos na escolha de um mundo possível que uma das duas orações relativas do exemplo 2. possa representar. Os únicos elementos que ficam claros para uma explicação intensional são:

- a. que não há possibilidade de intercambiar as orações relativas entre si sem alterar o valor de verdade da frase e,
- b. que temos duas descrições diferentes de um mesmo indivíduo.

Sobre o resto, nada se pode concluir. Portanto, aqui também há um residuo não absorvido - embora diferente daquele resultante da teoria extensional.

Uma objeção que não podemos esquecer de mencionar é que nossos exemplos iniciais poderiam ser passíveis de um tratamento análogo ao velho caso fregeano: "A estrela da tarde é a estrela da manhã", que se resolve a partir da distinção entre referência e sentido.

No caso fregeano, as construções "a estrela da tarde" e "a estrela da manhã" representam dois "sentidos", duas formas de apresentação do referente "Venus". Nos exemplos que nos preocupam, temos a participação do nome próprio dentro das construções chamadas "sentidos":

1. O diretor da nossa firma, o Sr. Silva, é o Silva que dá ordens, mas também é o Silva que joga futebol, o Silva que bebe cachaça, o Silva que bate palmas no teatro. Enfim, é o Silva que está chorando na porta.

o que impossibilita uma analogia direta com o exemplo de Frege. Não saberíamos dizer se o nome próprio possui realmente valor referencial. Ao contrário de:

13- O indivíduo que dá ordens é o indivíduo que bate palmas no teatro.

onde a não existência de nome próprio facilita a aplicação da distinção fregeana de referência / sentido.

Assim, o primeiro dado, ao considerar na resposta àquela possível objeção de ascendência fregeana, diz respeito ao valor referencial ou não do nome próprio dentro do exemplo 1. acima.

Uma outra consideração é o reverso da primeira, e diz respeito ao significado das orações subordinadas. Admitindo-se que o nome próprio no exemplo 1. tenha valor referencial então as orações

subordinadas careceriam de significado. No caso da frase:

14- O Plínio das Epístolas e o Plínio da história natural.¹

as orações subordinadas possuem um valor nitidamente distintivo - ou seja, elas servem para diferenciar dois indivíduos homônimos. Já nos exemplos sobre o "Sr. Silva" as orações subordinadas não teriam significado, já que apresentadas junto com o nome próprio não poderiam ser apresentações distintas da mesma referência - nem mesmo possuiriam algum valor distintivo.

Assim, a distinção fregeana não nos esclarece a situação apresentada pelos exemplos iniciais.

2.3. É o momento de recorrer a dois princípios básicos que nos permitem reavaliar os resultados obtidos até aqui e orientar o desenvolvimento posterior de nossa pesquisa.

O primeiro princípio diz respeito ao fato de que os exemplos que nos preocupam não são residuais em sentido absoluto, mas na medida em que os relacionamos com alguma teoria. O segundo princípio trata de que na escolha de uma teoria geral devemos evitar que apareçam

como residuais fenômenos que nos pareceriam comuns, corriqueiros de um ponto de vista intuitivo.

Estes dois princípios, necessários para o desenvolvimento que efetuiremos daqui em diante, não podem ser deixados de lado, embora se os tomarmos como princípios reitores, nossa escolha resultará muito difícil pois, de fato, nenhuma das teorias que abordamos traz soluções pacíficas ou são, no mínimo, controvertidas. Em todas elas há uma parte da significação dos exemplos que não chega a ser absorvida. No caso da teoria extensionalista temos dois tipos de resíduo: o primeiro diz respeito à incapacidade da teoria para fornecer uma resposta adequada sobre a identidade das extensões.

O segundo tipo de resíduo, um pouco menos evidente, diz respeito ao tipo de construção dos exemplos. Do ponto de vista da análise de Z. Vendler, exemplos como os nossos são tomados como periféricos e especiais. De fato, eles seguem o paradigma gramatical: "artigo + nome próprio + oração relativa restritiva", sendo que para o autor, o nome próprio nunca poderia ser precedido de um artigo pois nada haveria nele que precise ser "restringido" por um artigo.

Já no caso da teoria intensional o resíduo não absorvido diz respeito ao fato de que os exemplos 1, 2,

4 e 5 não podem ser explicados em termos de mundos possíveis, pois não haveria parâmetros gramaticais nem contextuais sobre os quais sustentar argumentos dessa natureza.

2.3.1. O segundo "princípio" leva-nos a perguntar, intuitivamente, até que ponto nossos exemplos se constituem em fatos isolados. Ou seja, se provarmos que eles fazem parte de um fenômeno maior e mais abrangente, não poderão ser considerados como residuais.

O trabalho sobre os "Referentes e Semi-referentes..."² constitui o marco empírico de que precisávamos para discutir a hipótese colocada acima. Ressaltaremos a seguir os aspectos mais importantes desse trabalho para nossa discussão.

Explorando a relação entre alguns enunciados da língua portuguesa cuja característica comum é salientar determinados aspectos de alguns referentes através de asserções corriqueiras sobre os mesmos, que obrigam a considerá-los sob pontos de vista muito particulares, o trabalho mostra como a predicação expressa nesses enunciados não incide sobre o referente "como um todo".

Exemplos de aspectos ou pontos de vista são dados:

5. O cantor Caruso cobra caro por seus recitais. Mas o homem Caruso apóia a causa de vocês. E contribui.
(op.cit.pp.103)

Os aspectos ou pontos de vista neste caso, são representados pelas duas asserções referidas respectivamente ao "cantor Caruso" e ao "homem Caruso"; resultando numa mesma personalidade encarada sob estes dois aspectos.

A intenção que motiva tal contraste discursivo é a de retratar duas atitudes emanando desses dois aspectos: "cobrar muito" mas também "doar" - que poderiam ser vistas como improváveis de pertencerem a uma mesma pessoa.

O trabalho mostra basicamente que tais "efeitos de sentido" têm base estrutural e realização regular na língua em determinadas condições, o que permitiria incluí-los no conjunto de competências de qualquer falante.

Assim, são inventariadas as principais construções em que se aplica o processo de interpretação descrito acima - onde a predicação incide

sobre um aspecto(s) do referente e não sobre a referência como um todo.

Através de análises de ordem sintática conclue-se que o processo de dar realce a um aspecto(s) de determinado referente parte da referência a um nome próprio sobre o qual atua uma estrutura de modificação. Tal estrutura pode se encontrar:

a) Dentro do sintagma nominal em que está o nome próprio. Por exemplo,

16. O homem Carlos Drummond de Andrade é
tão surpreendente quanto o poeta Carlos
Drummond de Andrade. (op.cit.pp.104)

b) Fora do sintagma nominal em que está o nome próprio. Por exemplo,

17. Para quem foi eleito com sete
milhões de votos, Jânio fez um governo
decepcionante. (op.cit.pp.104)

a) ESTRUTURAS DE MODIFICAÇÃO NO MESMO SINTAGMA
NOMINAL DO NOME PRÓPRIO.

A primeira fórmula sintática que o trabalho destaca é a do aposto que, contrariamente à gramática tradicional - que os descreve como construções exprimindo descrições alternativas do mesmo referente,

mas incapazes de operar qualquer tipo de delimitação - nestes casos não desempenha necessariamente as funções tradicionais. Ele pode muitas vezes atuar como delimitador, como em:

18. "...Não é de Caruso, o cantor, que estou falando, mas do Caruso linguista que trabalha na Unesp". (op.cit.pp.105)

Um segundo tipo de estrutura modificadora é a do adjunto com sintagma preposicional. Tal estrutura é compatível com três interpretações:

a'. A que separa aspectos mas não referentes - como em: "O Wittgenstein das Investigações, o segundo Wittgenstein; o Wittgenstein do Tractatus, o primeiro Wittgenstein" (op.cit.pp.107).

b'. A que não separa aspectos nem referentes. Por exemplo: "O Camões dos Lusíadas e das Redondilhas" (op.cit.pp.108).

c'. A que separa referentes, como em: "O Plínio das Epístolas, o Plínio da história natural" (op.cit.pp.107).

O trabalho aborda diversos tipos de adjuntos que propiciam estas interpretações

respectivamente. (Para uma visão mais detalhada desta parte remetemos ao texto)

Desta forma, o acréscimo ao nome próprio de um aposto é uma condição necessária mas não suficiente para que ocorra uma interpretação em que um referente cuja identidade é conhecida é representado sob um aspecto particular, restringindo-se a esse aspecto a predicação contida na frase.

São estas construções as que propiciam o aparecimento de "sub-referentes", que o artigo caracteriza como um processo de construção de referentes que se destacam daqueles disponíveis na língua - "uma referência dentro da referência": "...o que há de peculiar...é que o falante não utiliza recortes que a língua e a cultura lhe oferecem, por assim dizer, prontos, na forma de referentes de nomes próprios consagrados, mas realiza atos de referência em que esses recortes são lembrados para serem 'transgredidos' " (op.cit.pp.112).

b) ESTRUTURAS DE MODIFICAÇÃO FORA DO SINTAGMA NOMINAL DO NOME PRÓPRIO.

Estas estruturas de modificação se encontram fora do sintagma em que está o nome próprio relacionadas ao verbo. Elas dão realce a um determinado

aspecto do referente, embora o processo seja diferente do anterior porque tais construções não propiciam o aparecimento de sub-referentes.

Aqui também, como no caso anterior, participam os adjuntos embora aqueles ligados ao predicado. Especialmente o adjunto que poderíamos chamar de adjunto de "qualidade ou competência":

19. Juan Carlos falou como presidente da
Academia Espanhola de
Letras. (op.cit.pp.113)

e as construções da forma:

	'	ALGUÉM	QUE	'
PARA	'			' X ...
	'	QUEM		'

por exemplo:

20- Para alguém que fez regime, Marta
está muito gorda.

O que interessa ressaltar para nossa discussão é que o citado trabalho tem a virtude de mostrar que este fenômeno interpretativo possui uma realização regular na língua e, além de mostrar como isto ocorre - em que condições - ele vem ao encontro dos exemplos que

nos preocupam nesta dissertação de maneira que estes últimos podem inserir-se dentro do corpus levantado pelo artigo.

Em outras palavras, trata-se do mesmo fenômeno que ganha amplitude e que coloca no centro da discussão semântica sobre o processo de referência um corpus relativamente homogêneo de fatos que exigem uma explicação paradigmática e não soluções de caráter "ad hoc" que qualquer teoria de cunho composicional poderia fornecer em se tratando de exemplos isolados.

2.3.2. Os exemplos levantados em "Referentes e Semi-referentes..." não são úteis apenas para confirmar que nossos exemplos não constituem fenômenos isolados, e por isso não devem ser reduzidos à condição de resíduo; evocam também certas conexões teóricas que compensa levantar aqui. Lembraremos duas sugestões desse tipo: a primeira remete a um texto de John Searle; a outra a uma passagem de M. Bierwisch.

Como se trata de desvendar o mecanismo que produz a interpretação das frases que nos preocupam, uma das pistas com que contamos é a possível relação que o nome próprio mantém com algum tipo de conteúdo descritivo, ou em outras palavras, haverá nos nomes próprios algum traço descritivo que faça deles

instâncias auto-suficientes, ao contrário de, por exemplo, as orações relativas, que dependem da referência (ou do nome próprio neste caso) para cobrar seu sentido pleno?

Não ignoramos a existência de uma vasta literatura a este respeito, mas esqueceremos por enquanto o que sabemos sobre as definições tradicionais do nome próprio que concebem sua auto-suficiência como o resultado de ser o seu significado uma referência, por assim dizer, pura.

Abordaremos assim, o conteúdo descritivo dos nomes próprios a partir de um autor não comprometido diretamente com alguma das linhas tratadas até o momento. Trata-se de J. Searle, representante de uma corrente da filosofia da linguagem, a filosofia analítica, que procura analisar os fenômenos da linguagem estabelecendo sua base pragmática, durante o final da década de '60.

Searle (1969) aponta a inseparabilidade das noções de referência e predicação. Isto resulta importante para nossos propósitos pelo fato de que o nome próprio, na concepção tradicional, é sempre visto como o exemplo paradigmático do ato de referência, enquanto as descrições, ao contrário, estão no extremo oposto representando um uso por assim dizer "derivado" ou adaptado de predicados propriamente ditos.

Analisando o uso dos nomes próprios, Searle conclui que embora não sejam empregados para "descrever" alguma característica do referente, ao contrário das descrições definidas, estão irrecusavelmente ligados ao conjunto de características do objeto. A expressão "ligados" sugere algum parentesco entre os nomes próprios e o conjunto de características ou descrições do objeto. Tal parentesco é simplesmente sugerido e não aprofundado por Searle (1969); ainda assim, a existência de tal laço (entre o conjunto de características e os nomes próprios) leva Searle a pensar os nomes próprios como descrições de algum tipo particular, pois o conjunto de características somente pode ser traduzido através de descrições (ou propriedades ou aspectos). Assim, nas palavras de Searle, o nome próprio deve ser entendido como uma descrição "sui generis", abreviada, já que possui os "sentidos" do conjunto de descrições definidas do objeto.

Esta última observação do autor permitiu-nos perceber continuidade entre vários usos de expressões nominais à primeira vista totalmente distintos:

- (1) O uso dos nomes próprios sem apóstos dotados de conteúdo descritivo, como em:

21- Colombo chegou às Bahamas no dia 12/10/1492.

(2) O uso de descrições que identificam um indivíduo porque seu conteúdo descritivo se aplica a ele e a mais ninguém:

22-O descobridor da América.

(3) O uso de descrições adequadas para mais de um indivíduo, mas que se aplicam a um só indivíduo por antonomásia:

23-O justo (aplicado a Aristides pelos seus contemporâneos).

24-O doutor (aplicado a Sócrates pelos torcedores de futebol).

(4) O uso concomitante de descrições e nomes, que não redundam numa referência a aspectos porque a descrição é vista como equivalente ao nome:

25-Colombo, o descobridor da América.

(5) O uso concomitante de descrições e nomes, destacando aspectos:

26-O cantor Caruso cobra caro por seus recitais, mas o homem Caruso apóia as causas filantrópicas e contribui.

Aos que estariam dispostos a negar que o primeiro desses usos envolva conteúdos descritivos, Searle opõe a tese de que "Colombo" está indissoluvelmente ligado a uma série de descrições, que são grosso modo as várias maneiras como o indivíduo Colombo foi apresentado ao longo da história. Como consequência colateral, resta saber se todas as descrições associadas a um mesmo nome têm peso e papel semelhante, pois como vimos na secção anterior, somente algumas destacam aspectos.

Por outro lado, devemos observar a maneira pela qual os conteúdos descritivos se relacionam ao nome próprio na interpretação da frase.

Searle novamente nos fornece algumas pistas no seu trabalho sobre os nome próprios. Neste trabalho ele aponta a categoria dos termos gerais² como a categoria em que os conteúdos descritivos devem ser enquadrados. Em síntese, Searle diz que a todo nome próprio está associado um termo geral ou, em outras palavras, todo nome próprio "evoca" em termo geral: Amazonas: "rio"; Napoleão: "indivíduo"; Aconcágua: "montanha", etc.. De fato, ele fala de termos gerais associados, pois tratar-se-ia de uma categoria de ordem psicológica.

2.3.3. Pareceu-nos importante confrontar essa tese de Searle com uma proposta de Bierwisch (1969) ligada à lógica do cálculo de predicados e, especificamente, à forma lógica das frases que comportam o adjetivo 'alto'. Bierwisch mostrou que o adjetivo 'alto' empregado, por exemplo, como predicativo do sujeito em:

27- O Empire State é alto.

não pode ser analisado como predicado de um lugar. Para ele é impossível decidir objetivamente se um determinado objeto é ou não alto, enquanto não se estabelece de que tipo de objeto se trata. Assim, ele estabelece, contra as evidências superficiais, que a forma lógica de predicados envolve uma comparação:

"A é alto", tem por forma lógica uma expressão como:

A supera no parâmetro de altura B

onde o espaço aberto A, corresponde ao objeto que se qualifica como alto e, o espaço aberto B, é ocupado por uma representação de objetos de determinado tipo. Este segundo termo de comparação pode vir expresso na oração - por exemplo, "O Empire State é alto para um prédio da década de '40'" - mas, o que é mais importante para esta discussão, pode eventualmente ficar implícito. Neste

último caso, é interpretado como um objeto construído que representa a média dos objetos do mesmo tipo. O segundo termo de comparação, quando implícito, representa um argumento não visível na superfície que é por isso qualificado por Bierwisch de "argumento parasitário".

Para um confronto das posições de Bierwisch com as de Searle é importante notar que o segundo termo de comparação é sempre um termo geral. Parece claro agora que o "argumento parasitário" de Bierwisch é a mesma coisa, do ponto de vista do papel que exerce e de sua natureza geral, que o "termo geral associado" de Searle. Contudo, para o primeiro, o "argumento parasitário" tem uma natureza lógica: aparece na forma lógica da frase e liga-se logicamente ao predicado "alto". No caso de Searle, o "termo geral associado" liga-se à frase por um mecanismo psicológico e deve ser associado ao nome próprio.

Desta maneira, não temos como decidir de onde procedem estas entidades (termos gerais associados e argumentos parasitários). O que se sugere é que há sempre um termo geral à espreita. Como primeiro resultado do confronto dos dois autores parece correto afirmar que estas entidades, que intervêm subrepticamente na compreensão das frases, não deixam de ser aspectos que funcionam independentemente das

noções tradicionais de referência e predicação; sua natureza (lógica ou psicológica) e sua dependência do sujeito ou do predicado são questões ainda sem solução definida.

Contudo, a indefinição quanto à procedência dessas entidades (termos gerais e argumentos parasitários) sugere que devemos procurar outras instâncias onde identificá-las. Se existe alguma razão para duvidar da veracidade ou da própria utilidade deste diagnóstico e suas implicações, voltaremos na argumentação para tentar dissipá-la.

Vimos ao longo deste trabalho que a significação final dos exemplos que nos preocupam não foi inteiramente absorvida pelas teorias abordadas. Por outro lado, mostramos que as frases iniciais não constituem fenômenos isolados mas fazem parte de um corpus maior de fenômenos caracterizados pela presença do que chamamos de "aspectos" - do quais até o momento somente pudemos precisar sua natureza independente das noções de referência e predicação tradicionais. Como estas entidades estão fora das explicações abordadas é lícito considerá-las como parte do resíduo que nos interessa identificar.

Mais um argumento em favor desta hipótese é apresentado a partir do confronto anteriormente abordado entre os trabalhos de Searle e Bierwisch. As

entidades por eles chamadas de "termos gerais associados" e "argumentos parasitários" respectivamente, também apresentam-se como residuais. Não somente para eles próprios, que aceitam seu caráter residual de forma velada uma vez que afirmam a pertinência de tais entidades ao domínio da lógica - no caso de Bierwisch - e ao domínio da psicologia - no caso de Searle - coincidindo assim ambos os autores no seu caráter não linguístico; mas principalmente pelo fato paradoxal de representarem a mesma entidade (aspectos) como foi dito anteriormente.

Desta maneira, chegamos à seguinte alternativa: ou a semântica abordada é pobre no sentido de somente arrolar fenômenos que podem ser identificados sintaticamente a partir de uma ou outra classe de palavras que os desencadeiam ou, simplesmente, devemos abandoná-la e procurar um nível de soluções menos evidente que seja condizente com o nível de elaboração conceitual que a explicação dos exemplos iniciais - envolvendo a categoria "aspectos" - requer.

NOTAS:

(1) Ilari, R e Réborel, M.V.; "Referentes e Semi-referentes ou da relação entre o hábito e o monge" in Ensaio de Linguística, UFMG - 1987. (pp.107).

(2) Idem anterior.

(3) Os termos gerais segundo a definição de W.O. Quine (1960): "If a term admits the indefinite and definite article and the plural ending, then normally under our perfected adult usage it is a general term..." (op.cit.pp.90).

CAPITULO III

O trabalho de W.V. Quine está basicamente voltado para a filosofia da lógica formal, embora ele não fuja das reflexões que se encontram no cruzamento desta última com problemas de origem filosófica e linguística, especialmente os que dizem respeito à filosofia da linguagem.

Os dois trabalhos aos quais nos referiremos parcialmente neste capítulo oferecem uma perspectiva dinâmica e, portanto, diferente das visões discutidas anteriormente. Contudo, como resulta muito difícil efetuar uma síntese do seu pensamento sobre o processo de referência que não corra o risco de ser incompleta, o leitor não deve esperar desta exposição mais que alguns pontos interessantes para nossa discussão dentro do item geral da construção de referentes.

3.1. Em Word and Object (1960), trabalho mais importante e referência obrigatória para qualquer reflexão sobre o autor, Quine dedica um capítulo inteiro ao problema da referência - o capítulo III: "The ontogenesis of reference".

Ele mostra a ontogênese da referência como um processo de aquisição de capacidades lógicas, por isso seu início pela aquisição da linguagem pela criança. Esse processo, baseia-se na descrição das condições (lógicas) necessárias para a referência aos diversos objetos do mundo. Entretanto, Quine não se preocupa em representar a aquisição da referência como uma série de etapas escalonadas no tempo; sua estratégia consiste em considerar expressões do Inglês com papel lógico diferente (termos singulares, gerais e de massa) e em discutir suas propriedades semânticas e as condições de um uso semanticamente adequado. Contudo, Quine considera a ontogênese da referência como um processo e, enquanto tal, todos os seus elementos são interdependentes. Isto significa que não poderíamos explicar qualquer aspecto desse processo sem levar em consideração todos os aspectos restantes, o que coloca todos os aspectos como necessários e nenhum por si só suficiente. É somente neste sentido, de processo, que é possível vislumbrar e reconstituir os traços de uma análise longitudinal em "ontogênese da referência".

Quanto ao termo "referência" o autor o utiliza de maneira mais abrangente do que a maioria dos autores: não apenas fala em referência a propósito de descrições definidas como "o autor de Waverley" mas

também a propósito de termos gerais como "vermelho" ou "rio" - como se verá adiante.

No capítulo a que nos referimos o autor tem uma preocupação empírica. Ele organiza a exposição de maneira que cada tópico representa a aquisição de uma parte da linguagem que é necessária para alcançar a maturidade linguística - isto é, a evolução (em termos de aquisição de paradigmas linguísticos) de ostensões para conceitualizações ou, de objetos para conceitos. Ele mostra a ontogênese da referência a partir da criança, definindo a referência nesta primeira fase como o resultado de uma interação entre a própria criança e o meio que a rodeia. Dado que para o autor o fundamento último da significação é a experiência, resulta inevitável encontrar traços empiristas na forma de um behaviourismo atenuado, sobre tudo no começo da sua exposição, onde do comportamento da criança se derivam as primeiras relações linguísticas entre forma e conteúdo. Nessa fase, os enunciados não possuem uma estrutura interna definida; entretanto, espera-se que apareçam associados com certa regularidade a traços presentes no contexto em que são pronunciados.

A referência começa assim, a assumir um número cada vez maior de traços linguísticos propriamente ditos, e sua interpretação afasta-se progressivamente das explicações comportamentistas.

Uma parte fundamental deste processo (de ontogênese da referência) é a emergência do que o autor chama de "normas fonéticas", ou seja, a referência assume o caráter de uma associação, mesmo que primária, do que a terminologia saussuriana chamaria de "significado-significante": o aparecimento de normas fonéticas é marcado pela atribuição de significados específicos para determinados significantes ou, de conteúdos específicos para determinadas formas (fonéticas).

O aparecimento dos termos referenciais propriamente ditos resulta de uma sofisticação da capacidade "conceitualizadora" do indivíduo. O autor define estes termos a partir da forma em que eles descrevem ou referem seus objetos (denotata). Por exemplo, "... 'water', 'footwear', and 'red' have the semantical property of referring cummulatively: any sum of parts wich are water is water..." (op.cit.pp.91), e assim são definidos os "mass terms" ou termos coletivos ou de massa.

Mas, algo mais interessante ainda decorre dos seguintes trechos: "The contrast lies in the terms and not in the stuff they name. It is not a question of scatter. Water is scattered in discrete pools and glassfuls, and red in discrete objects; still it is just 'pool', 'glassful', and 'object', not 'water' or

'red', that divide their reference. Or, consider 'shoe', 'pair of shoes', and 'footwear': all three range over exactly the same scattered stuff, and differ from one another solely in that two of them divide their reference differently and the third not at all." (op.cit.pp.91) e, "...Semantically the distinction between singular and general terms is vaguely that a singular term names or purports to name just one object, though as complex or diffuse an object as you please, while a general term is true of each, severally, of any number of objects." (op.cit.pp.90).

De fato, estes trechos são passíveis de duas leituras distintas e até contraditórias. Ambas as leituras dizem respeito à relação entre a realidade física dos objetos do mundo e a sua realidade conceitual ou linguística.

Numa leitura teríamos que a realidade física dos objetos determina a sua realidade conceitual ou linguística. Isto é, a referência dos termos gerais aparece dividida e a dos termos singulares aparece unida porque resultaria do fato de eles referirem segmentos da realidade que são intrinsecamente continuos ou intrinsecamente descontínuos ou dispersos. Desta forma, é porque a água tem a propriedade de ser um objeto fisicamente descontínuo (assim como a cor vermelha) que requereria termos específicos para

representar tal propriedade ("pool", "glassful", etc.); definido-se "água" como termo de massa e, "pool", "glassful" como termos gerais.

Na outra leitura possível, ao contrário da anterior, a realidade física dos objetos não determinaria a sua realidade conceitual ou linguística: seria esta última - a realidade conceitual, ou mais exatamente, a própria conceitualização - a que determinaria de alguma maneira os contornos físicos dos objetos do mundo (isto resulta claro no trecho da página 90 acima).

Das duas leituras decorre, entretanto, a falta de uma definição clara dos termos singulares. Esta parece ser a questão mais evidente de nossa perspectiva.

De qualquer modo, devemos admitir que a proposta de Quine não configura um modelo de análise linguística ao qual podemos referir nossos exemplos diretamente. Não se trata, pois, de proceder como nos casos anteriores em que os modelos estavam relativamente prontos e nós procurávamos inserir os exemplos no universo de cada teoria.

No caso deste autor não parece útil proceder desta maneira, principalmente porque não se trata de uma teoria singular, mas de uma perspectiva, de uma

forma de se pensar o processo de referência: a sua emergência.

E nesse sentido que, apesar do caráter lógico, seu pensamento é basicamente filosófico. E é esta a nossa dificuldade enquanto linguistas preocupados em encontrar uma descrição adequada para uma pequena parcela de fatos aparentados (os exemplos iniciais). Voltaremos sobre este ponto mais adiante.

3.2. As reflexões de Quine resultam interessantes pelo fato de tratar os fenômenos da referência e da predicação vinculando-os simultaneamente à experiência e à linguagem numa perspectiva ontogenética. Por "perspectiva ontogenética" entende-se aqui uma reflexão de caráter processual onde a construção de referentes é um processo numa única direção a partir de uma base - formada pelas ostensões - e no sentido de elaborações conceituais cada vez mais complexas.

O texto que abordaremos a seguir servirá para explicitar ainda mais as idéias do autor que expusemos na secção anterior e que fazem parte do capítulo III de "Word and Object".

Segundo Quine, em "Identidade, Ostensão e Hipóstase"¹, a ontogênese da referência aos objetos é

um processo que envolve dois momentos: a ostensão e a conceitualização.

De maneira esquemática, na ostensão temos a referência direta a aspectos mais ou menos transitórios da realidade, fortemente envolvidos com o contexto e tratados como objetos de tipo "primitivo" e, na conceitualização, teríamos a interpretação do significado da ostensão. Vejamos com a ajuda de alguns exemplos do próprio autor como se desenvolve este processo.

Quine analisa três exemplos: Caistro/rio, vermelho e quadrado (op.cit.pp.61-74). O primeiro deles (o Caistro) é entendido como um processo desenvolvendo-se no tempo e no espaço, sendo, as águas que o rio transporta, as suas partes transitórias. Assim, tratando-se de objetos com extensão espaço-temporal - como é o caso dos rios - as ostensões sucessivas que se efetuam sobre suas partes transitórias ajudam a determinar a extensão do objeto. O exemplo de Quine ilustra claramente este processo: quando um falante apontando para uma parte do rio "Caistro" profere - "Este é o Caistro" - e, posteriormente efetua a mesma ostensão em partes diferentes do mesmo rio, o ouvinte acabará por compreender com a ajuda de uma certa indução algo parecido com "A somatória fluvial de objetos

transitórios que contém este objeto transitório"(op.cit,pp.63)².

A passagem que se dá a partir da ostensão para chegar à que se descreve na última frase do parágrafo anterior constitui um exemplo do que o autor chama de conceitualização.

Quanto às razões pelas quais determinados segmentos do contexto, e não outros, chegam a participar da formação de objetos particulares, Quine é explícito: "... gostaria de voltar atrás e examinar o terreno pelo qual já passamos. Vimos como a identidade e a ostensão contribuem para a conceitualização dos objetos com extensão espaço-temporal, mas não nos perguntamos o por que disso; que valor tem a sobrevivência desse procedimento? A identidade é mais conveniente do que o parentesco dos rios ou outras relações, porque não nos obriga a manter distintos, como a multiplicidade, os objetos colocados em relação. Enquanto aquilo que se pode de algum modo propor dizer a respeito do rio Caistro não implica por si em distinções entre as partes transitórias a, b, etc., ganhamos em simplicidade formal se representamos aquilo de que falamos como um único objeto a, b, etc. em relação de parentesco fluvial. Esse expediente representa um caso de aplicar, de maneira certamente restrita ou relativa, a navalha de Occam: as entidades implicadas num

determinado discurso se reduzem, de muitas que eram (a, b, etc.) a uma só (o Caistro). Note-se porém, que de um ponto de vista mais geral ou absoluto, o expediente é totalmente oposto à navalha de Occam: pois as múltiplas entidades a, b, etc., não são de modo algum suprimidas do universo; simplesmente se acrescentou o Caistro. Há contextos em que precisaremos ainda falar, distinguindo-os, de a, b, etc., ao invés de falar, sem fazer qualquer distinção, do Caistro. Ainda assim o Caistro continua sendo um acréscimo conveniente à nossa ontologia para aqueles contextos em que atende de fato a sua função de economia" (op.cit.pp.65) ³.

Nesse sentido, o autor deixa entender um "princípio de economia dos objetos" pelo qual os membros de uma comunidade linguística reconhecem a existência de um número de objetos - o menor possível - que lhes permita organizar de acordo com seus objetivos, o conjunto de processos decorrentes do seu contato com a realidade imediata. Desta forma, será mais produtivo, em determinados contextos, para o falante, dar destaque a certos aspectos de um objeto do que referir-se a ele através do nome que o diferencia dos outros objetos do mundo.

Assim, Quine sintetiza: " Em geral, poderíamos propor a seguinte máxima de identificação dos indiscerníveis: Os objetos indistinguíveis um do outro

no âmbito de um discurso dado deveriam interpretar-se como idênticos para aquele discurso. Mas exatamente: as referências aos objetos originais deveriam reinterpretar-se, para os fins do discurso em questão, como referindo-se a outros e menos numerosos objetos, de modo que os objetos originais indistinguíveis dêem lugar cada qual ao mesmo novo objeto." (op.cit.pp.66). E, na página seguinte acrescenta: "Nossa máxima de identificação dos indiscerníveis é relativa a um discurso, e portanto é vaga enquanto permanece vaga a discriminação entre os discursos. Aplica-se otimamente quando o discurso é decididamente fechado, como o cálculo proposicional; mas nossa fala, geralmente, cinde-se, em alguma medida, em vários setores, e essa medida tenderá a determinar onde e em que grau pode resultar conveniente apelar para a máxima de identificação dos indiscerníveis." (op.cit.pp.67) ⁴.

O segundo exemplo analisado é o da construção de uma referência para termos gerais como "rio" e "vermelho". A diferença entre estes exemplos e o anterior reside no fato de que no caso de "Caistro" tínhamos uma extensão espaço-temporal, enquanto que em "vermelho" temos uma extensão conceitual (uma generalidade). Assim, do ponto de vista da conceitualização haveria, segundo o autor, a integração de objetos transitórios em conjuntos dispersos no tempo

- o Caistro - como uma integração temporal. Mas também haveria uma integração de lugares singularmente indicáveis em conjuntos dispersos espacialmente. Analogamente estas observações valem para a integração conceitual (a integração de particulares num universal).

Quanto ao terceiro ("quadrado"), é contraposto pelo autor ao primeiro e, como resultado desta contraposição surge o reconhecimento das diferentes relações associativas que o verbo "ser" estabelece. São dois tipos de relações: 1) Partes concretas num conjunto concreto - correspondendo a "Este é o Caistro" e, 2) multiplicidade de formas concretas num universal abstrato - correspondendo a "Isto é quadrado". A diferença básica entre estes dois casos reside em que no primeiro reconhece-se através das ostensões um objeto idêntico, enquanto no segundo, o que se supõe que permaneça idêntico de ostensão para ostensão é o atributo de "ser quadrado", que é comum aos objetos indicados.

3.3. Resulta bastante claro que os exemplos que nos preocupam descrevem situações que não podem ser analisadas diretamente a partir deste quadro quineano - de fato, nos nossos exemplos não há ostensões.

Entretanto, há algumas semelhanças entre os exemplos empregados pelo autor para descrever o processo e os nossos, que podem servir para explicar a possível ontologia do objeto Silva (que é o mais problemático).

O processo descrito pelo autor pelo qual se chega a identificar como um objeto único o rio Caistro e o processo que envolve a identidade do Sr. Silva são semelhantes. Quine considera três tipos de relações que levam à identidade dos referentes:

- 1) Integração temporal.
- 2) Integração espacial.
- 3) Integração conceitual.

podendo existir combinações entre estas - como no caso de "rio Caistro" cuja identidade resulta de uma integração espaço-temporal. Nos dois casos - "Caistro" e "Silva" dá-se uma integração conceitual de fragmentos espaço-temporais que fazem parte de observações separadas no espaço e no tempo e são até certo ponto contraditórias. Para passar dessas observações, em que a ostensão fixa um aspecto passageiro desses objetos, ao estágio em que se reconhece a existência de um objeto singular, exige-se uma integração conceitual diferente da que se exigiria para construir o referente de conceitos como "vermelho" ou "quadrado".

Cabe ressaltar que para o autor é necessário que haja conceitualização para identificar o referente. Isto pode parecer óbvio, entretanto, tal conceitualização não envolve necessariamente a associação de um predicado tal como o conhecemos do ponto de vista gramatical pois, como vimos pela Máxima de Identificação dos Indiscerníveis, existe um momento em que as "referências primitivas" (originais) não podem ser categorizadas como objetos nem como predicados - pelo menos, da maneira tradicional. A conceitualização, como operação basal para a construção de referentes, descreve um processo em que "referências primitivas" - que não são referentes ainda - se tornam "aspectos" - que não são predicados ou melhor, poder-se-ia chamá-los de "predicados primitivos" - que dão lugar finalmente ao referente, denotatum. E, a partir desta operação (conceitualização) todas as "referências originais" passam efetivamente à categoria "aspectos" ou predicados do objeto referido, podendo ser "invocados" pelo falante como predicados gramaticais.

De alguma maneira, a discussão esboçada no capítulo II desta dissertação sobre as posições de Searle e Bierwisch quanto à procedência de determinados termos singulares, tem uma solução nesta descrição quineana sobre o processo de identificação de

referentes e construção da referência de nomes próprios: existe um momento inicial no processo de construção de referentes - retratado pela Máxima - em que haveria, parece justificado dizer, proto-categorias: elementos linguísticos que, desprovidos de associações gramaticais definidas, são primitivamente distintos. Tais elementos iniciais - estas proto-categorias - são os que darão origem às categorias tal como são conhecidas a partir da gramática.

Dessa forma, Quine é instrutivo pois nos indica que o objeto Sr. Silva é uma entidade processual, com a qual a linguagem mantém determinados tipos de relações significativas e não outros.

Por outro lado, é o que parece mais importante, Quine interessa por encarar a significação dos termos singulares como o resultado de um processo intelectual. Configura-se assim uma perspectiva evolutiva na qual a referência dos termos singulares é o produto de mecanismos cuja estabilidade de funcionamento não é dada desde o início, mas resulta de uma construção.

Assim, é legítimo que pensemos os exemplos 1, 2 e 5 orientados pela Máxima de Identificação dos Indiscerníveis: "o senhor Silva que brinca com as crianças..." e "o senhor Silva que grita com seus

subalternos" possuem "referentes" transitórios - no sentido da Máxima de Identificação dos Indiscerníveis - distintos quando o processo alcança um certo grau de integração conceitual e, num grau mais avançado eles podem ter o mesmo referente. Inversamente, no estágio final da conceitualização teríamos um único objeto referido (o Sr. Silva), enquanto que os indivíduos Silva dos exemplos estariam representando literalmente esses objetos originais que requerem uma reinterpretção para dar lugar "cada um ao mesmo novo objeto": no caso, a um único indivíduo "Silva". Isto pode ser entendido como a evocação por parte do falante de um passado (na história ontogenética da construção do sr. Silva enquanto referente) em que um sr. Silva possuía comportamentos tão contraditórios que obrigavam a presumir, intencionalmente ou não, a existência de dois homônimos - dois indivíduos com o mesmo nome. Quando nos referimos a uma presunção de homonímia intencional por parte do falante, queremos significar que este poderia estar simplesmente fingindo tal homonímia através do emprego conflitante de três recursos gramaticais: nome próprio + artigo + oração relativa.

Em conclusão, o elemento novo que encontramos nas reflexões de Quine - que não era possível encontrar nas teorias anteriores - é o caráter instável da

linguagem, que é propiciado pelo fato de que as referências aos objetos são concebidas como o resultado de uma construção onde interagem as experiência dos falantes e a própria linguagem. Em outras palavras, a linguagem adulta representa um terreno instável onde as referências aos objetos e situações do mundo são o produto tanto das intenções dos falantes como do próprio limite da linguagem - entendendo por limite da linguagem os "recortes" do mundo passíveis de serem traduzidos numa língua natural. Assim, a linguagem adulta possui "brechas" que permitem a sua própria mudança. Vejamos isto com mais detalhe.

As intenções do falante têm papel fundamental no processo de construção de referentes, sendo condição necessária para que se dê esse processo. Assim, "intenções do falante" e "objetivos discursivos" representam duas faces da mesma moeda. Como vimos nesta secção, dependerá do objetivo discursivo o tipo de "recorte" que se fará sobre os referentes ou, de outra maneira, os aspectos da referência a que alude um discurso qualquer são determinados pelas intenções do falante.

Entretanto, isto, por si só, não representa um quadro completo pois, como vimos no transcurso desta dissertação, há outros fatores - com estatuto de "condição necessária" - que também participam da

construção da identidade dos referentes. Dentre estes fatores, a "morfologia" merece menção especial, já que ela limita, por assim dizer, à forma linguística os aspectos decorrentes de nossa experiência com a realidade. Colocado em palavras do sentido comum, nem tudo o que se percebe é traduzível por palavras e, nesse sentido, a morfologia, as formas da língua, possuem um papel limitante, embora sejam partes essenciais do processo de construção de referentes que, ineludivelmente, leva também para uma alteração do sistema linguístico e da sua própria morfologia. É neste equilíbrio dinâmico que intervêm as intenções do falante - com tudo o que elas implicam em termos de percepção - como força tendendo à infinitude e a morfologia como força limitante tendendo à finitude.

Desta maneira, a evolução do sistema linguístico em termos de sua alteração no tempo, sua mudança diacrônica, se dá dentro deste equilíbrio inerente a qualquer sistema da natureza.

NOTAS:

- (1) Quine, W.V. (1961) Il problema del Significato
-Ubaldini, Ed.- Roma.
- (2) A tradução é nossa.
- (3) Idem anterior.
- (4) Idem anterior.

CONCLUSÕES

Vimos ao longo desta dissertação diversas teorias que nos mostraram métodos relativamente diferentes de tratamento de nossos primeiros exemplos. A grande divisão "composicionalidade/não composicionalidade" serviu para situar a discussão dentro do marco da moderna semântica.

Se no primeiro momento nosso material de pesquisa era constituído pelas próprias teorias composicionais, a partir da constatação do resíduo aparente resultante de cada método que tentávamos aplicar aos exemplos, nosso material passou a ser o resultado de uma pesquisa propriamente empírica, isto é, a própria dinâmica da investigação nos conduziu a novos exemplos. De maneira que, tanto nossos primeiros exemplos como o(s) resíduo(s) e outros novos exemplos que resultaram de uma pesquisa posterior, alargaram o horizonte de fatos semânticos emparentados que solicitavam uma explicação obrigando-nos a alargar consequentemente também o campo teórico.

O trabalho de Searle foi muito importante pelo fato de ter apontado a tênue divisória que separa os processos de referência e predicação.

Este foi o primeiro sinal do que viríamos a

confirmar depois, através do trabalho de Quine: a instabilidade da linguagem adulta. As teorias anteriores - extensional e intensional - descreviam a língua em termos de uma estrutura formal em que determinadas expressões remetem para determinados objetos, constituindo dois domínios separados e com existência autônoma: de um lado as formas gramaticais e, de outro, os objetos e fatos do mundo. O desenvolvimento da reflexão nos levou a considerar que estes domínios não podem ser independentes entre si: as formas linguísticas estão relacionadas aos objetos e fatos do mundo que elas descrevem de maneira construtiva, ou melhor, elas representam recursos para sua construção.

O trabalho de Quine permite descrever um momento em que os objetos do mundo não são ainda dados, por isso, nada impede que a fórmula sintática:

ARTIGO DEFINIDO + + (QUE) *oração relativa*

incorpore no espaço das primeiras reticências outras fórmulas sintáticas que poderiam servir, por sua vez, à construção linguística de objetos, como o nome próprio.

A questão principal que este trabalho coloca como conclusão é que nossos primeiros exemplos somente se tornam "predizíveis" no interior de uma reflexão lógico-filosófica (como a de Quine, por exemplo) e não,

como procuramos desde o início, no interior de uma teoria empírica da competência linguística. Teorias empíricas como as que abordamos no começo da dissertação mostraram-se ineficazes para a incorporação dos exemplos como consequências normais de suas predições.

Nesse sentido, a constatação de que a questão se resolve num âmbito lógico-filosófico resulta numa recolocação do problema. Contudo, tal recolocação possui dois aspectos principais. Em primeiro lugar, conclue-se que nossos objetos iniciais de pesquisa (as teorias) são inadequados para o tratamento dos exemplos. Em segundo lugar, os fenômenos que procuramos explicar nos obrigam a considerar a competência linguística como uma capacidade que vai além do conhecimento estático de relações entre "forma" e "conteúdo".

A competência linguística tal como nos interessa descrevê-la inclui a interação entre a linguagem, enquanto meio de criar novos aspectos do mundo, e a experiência, que visa controlar o fluxo dos acontecimentos. E nesse exercício de equilíbrio onde se processam as chamadas "descobertas". E é nesta concepção de competência que muitas "anomalias" linguísticas deixam de ser marginais. Um bom exemplo é representado pela metáfora, que as várias teorias

linguísticas têm tratado como um fenómeno residual. A metáfora não possui em comum com nossos exemplos somente o seu carácter residual mas, possui principalmente o seu carácter criativo: o uso metafórico da linguagem permite apreender semelhanças não óbvias - o que também acontece com os exemplos que deram origem a esta dissertação.

Assim, calculabilidade e criatividade representam aspectos excluentes do fenómeno que visamos explicar: a tentativa de submeter nossos exemplos ao rigor de um cálculo eliminaria o seu aspecto criativo.

O ónus de uma explicação desta natureza - dentro de um quadro lógico-filosófico - é, evidentemente, a sua generalidade, isto é, a capacidade de responder a um número mais elevado e qualitativamente mais amplo de questões do que o conseguido pelas teorias semânticas correntes - que têm focalizado basicamente fenómenos com domínios muito definidos visando o cálculo. Dissemos tratar-se de um ónus pelo fato de que os exemplos iniciais não possuem ainda uma reinterpretação que satisfaça a sua particularidade linguística - pelo menos, até o estágio que conseguimos alcançar no desenvolvimento da investigação.

Contudo, nada impede procurar dentro desta

generalidade aspectos que possam ser sistematizados do ponto de vista linguístico para atingir uma explicação compatível com as exigências lógico-filosóficas que uma teoria deveria satisfazer para a explicação de fenômenos da ordem que foi abordada nesta dissertação.

Tudo indica que a pesquisa chegou ao final de uma fase. A investigação, entretanto, não se esgota nestas primeiras conclusões. Na perspectiva de uma resposta sempre há um longo percurso inexplorado, o grande desafio está em não perder de vista as questões originais pois elas voltarão, sem dúvida, e com força inesperada.

BIBLIOGRAFIA

ALWOOD, J.; ANDERSSON, L. e DAHL, O. (1977) Logic and Language - Cambridge University Press.

BIERWISCH, M. (1969) "On certain problems of semantic representation" in Foundations of Language 5 - pp.153-184.

BONOMI, A. (1975) Le vie del riferimento - Ed. Bompiani-Milano.

BUNGE, M. (1974) Teoria e Realidade - Ed. Perspectiva - São Paulo.

CARNAP, R. (1947) "Meaning and synonymy in natural languages" in Meaning and Necessity - University of Chicago Press.

CHOMSKY, N. (1967) "Review of Skinner's verbal behaviour" in Readings in the Psychology of Language - Jakobovitz and Miron ed. - Prentice-Hall, New Jersey - pp. 142-171.

----- (1969) "Quine's empirical assumptions" in Word and Objections: essays on the work of W.V.Quine - D. Reidel, Dordrecht.

DAVIDSON, D. (1967) "Truth and meaning" in Sinthese 17 - pp. 304-323.

DOWTY, D. (1979) Word meaning and Montague semantics - Dordrecht:Reidel.

----- (1986) "The effects of aspectual class on the temporal structure of discourse: semantics or pragmatics?" in Linguistics and Philosophy 9 - pp. 37-61.

FREGE, G. (1952) "On sense and reference" in Translations from the philosophical writings of Gottlob Frege - Ed. de Peter Geach e M. Black - Oxford: Basil Blackwell (pp.56-78) (original alemão de 1893).

HACKING, I. (1981) Why does language matter to philosophy- Cambridge University Press.

HALMOS, P. (1970) Teoria Ingênua dos Conjuntos - EDUSP/Polígono - São Paulo.

- HARMAN, G. (1969) "An introduction to 'Translation and Meaning' chapter two of Word and Object" in Word and Objections: essays on the work of W.V. Quine - D. Reidel, Dordrecht.
- ILARI, R. e MANTOANELLI, I. (1983) "As formas progressivas do Português" in Cadernos de Estudos Linguísticos No.5 - Campinas (SP).
- ILARI, R. e REBORI, M.V. (1987) "Referentes e semi-referentes ou da relação entre o hábito e o monge" in Ensaio de Linguística 5 - UFMG - Belo Horizonte - pp.101-132.
- KARTTUNEN, L. (1971) Discourse Referents - Indiana Univ. Linguistics Club.
- KRIPKE, S. (1972) "Naming and Necessity" in Semantics of Natural Languages - Davidson and Harman ed. - Dordrecht:Reidel.
- LAKOFF, G. (1982) Categories and cognitives models - University of California at Berkeley.

LEWIS, D. (1972) "General Semantics" in Semantics of Natural Languages - Davidson and Harman ed. - Dordrecht:Reidel.

LYONS, J. (1977) Semantics - Cambridge University Press.

MCCAWLEY, J. (1981) Everything that linguist have always wanted to know about logic but they were ashamed to ask - Chicago University Press.

PEARS, D. (1973) As idéias de Wittgenstein - Cultrix/Edusp - São Paulo.

PIERCE - FREGE (1983) in Os Pensadores (3a.ed.) - São Paulo - Ed. Abril.

QUINE, W.V.O. (1953) From a logical point of view - Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

----- (1960) Word and Object - Cambridge: MIT Press.

SEARLE, J. (1969) "The problem of proper names" in Speech

acts: an essay in the philosophy of language - Cambridge University Press - pp.162-174.

SMART, J.J.C. (1969) "Quines philosophy of science" in Word and Objections: essays on the work of W.V. Quine - D. Reidel, Dordrecht.

STENIUS, E. (1969) "Beginning with ordinary things" in Word and Objections: essays on the work of W. V. Quine - D. Reidel, Dordrecht.

TARSKI, A. (1956) Logic, Semantics and Metamathematics - Londres: Oxford Univ.Press.

VENDLER, Z. (1971) "Singular Terms" in Semantics-Steinberg and Jakobovitz ed. - Cambridge University Press - pp.115-133.

----- (1974) Linguistics in Philosophy - Ithaca - Cornell University Press.

ZABEEH, F. (1968) What is in a name? - Martinus Nijhoff/
The Hague .